

Marcelo Balaban¹

A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913), de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues²

Nos últimos anos, a Academia Brasileira de Letras (ABL) é lembrada apenas em momentos especiais. Quando uma cadeira fica vaga e novas eleições são convocadas, ou em alguma data importante, como o centenário da casa, a instituição ocupa um lugar de relativo destaque nas principais folhas diárias do país. No entanto, como ressalta de modo oportuno Francisco Foot Hardman no prefácio de *A Dança das Cadeiras*, a história da instituição, ao longo dos seus cento e cinco anos de existência, *permanecia mais relegada ao folclore de crônicas jornalísticas, sejam as laudatórias ou as invectivas, ou a fofocas da corte mundana carioca*.³ Quando foi tema nas histórias da literatura brasileira, ressaltou-se o fato de ser uma cópia da Academia francesa e a sua ligação com o estilo da literatura da chamada *Belle Époque*, numa interpretação marcada pelos princípios inaugurados pela geração modernista paulista de 1922, que buscou atribuir à sua própria atuação e produção o sentido de um mito fundador da literatura brasileira.⁴ A famosa casa dos imortais

¹ Doutorando em História na Universidade Estadual de Campinas.

² RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1869-1913)*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001, 251p. il. (Várias histórias, 9)

³ HARDMAN, F. F. No requebro das cadeiras numeradas. In: RODRIGUES, J. P. de S. *A dança das cadeiras: política e literatura na Academia Brasileira de Letras (1869-1913)*. Campinas: Ed. da Unicamp; Cecult, 2001. p. 11.

⁴ A esse respeito ver NEVES, M. de S., Da maloca do Tietê ao Império do Mato Virgem: Mario de Andrade: roteiros e descobrimentos. In: CHALHOUB, S. e PEREIRA, L. A. de M. (Orgs.). *A história contada: capítulos da história social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 265-332.

não havia, portanto, até pouco tempo atrás, sido objeto de um estudo sistemático e de fôlego. Essa lacuna, finalmente, está sendo preenchida e os estudos que vem sendo produzidos mostram que já era tempo de isso acontecer. Primeiramente, Alessandra El Far, com *A Encenação da Imortalidade*⁵, e agora vem juntar-se a este livro o trabalho de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues.

A partir de uma bem organizada pesquisa e buscando recuperar o ponto de vista dos fundadores, o livro conta a história dos primeiros dezesseis anos da ABL, analisando particularmente a relação entre política e literatura. Por essa razão, após o capítulo primeiro, que é uma espécie de introdução, o autor dirige suas atenções para os debates que precederam a criação da instituição bem como seu projeto inicial e o intento do primeiro grupo em conseguir apoio e reconhecimento do Estado, tema do segundo capítulo; procurou também desvendar alguns sentidos dos discursos de posse daqueles que se autodenominaram imortais, e de alguns que foram eleitos, assunto tratado no capítulo terceiro; dirigiu ainda, no quarto capítulo, seu olhar para um outro ritual acadêmico importante: as eleições de novos membros e, finalmente, no quinto e último capítulo, tratou da reforma ortográfica proposta, discutida e fracassada entre 1907 e 1913.

Fundada à imagem e semelhança da Academia Francesa, a brasileira deveria ser um local no qual a política não entraria e que se dedicaria ao culto da grande arte, particularmente a literária, e a preservação da língua portuguesa. Deveria, como definiu Machado de Assis no discurso inaugural, ser uma *torre de marfim*, distante das pequenas questões políticas da sociedade. Nela, homens especiais deveriam dedicar-se à discussão de assuntos superiores, universais, ao mesmo tempo em que seriam os responsáveis por identificar a alma da nação. Essa deveria ser a nobre missão da literatura. João Paulo Coelho de Souza Rodrigues recupera muitos dos termos do discurso fundador para mostrar o avesso dessa moeda: apresenta uma Academia contaminada pelo vírus da política tanto no que se referia aos

⁵ Cf. EL FAR, A. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

seus rituais internos, quanto a seus objetivos maiores, expressos nos estatutos. Com isso, procura retirar os primeiros imortais do altar no qual eles próprios se colocaram e trazê-los para perto do chão, ombreando suas histórias com a dos simples mortais.

Ao analisar a relação entre política e literatura na fundação da ABL, o autor levanta elementos para um importante debate sobre o lugar do intelectual na sociedade. Nos dias de hoje, eles estão nas universidades e suas produções, muitas vezes, ficam circunscritas ao pequeno e fechado mundo das discussões acadêmicas. Ao menos no que se refere às chamadas “ciências humanas”, a produção nem sempre alcança uma parcela significativa da sociedade. Hoje, política e produção acadêmica, então, aparecem como coisas distintas, e distantes, uma da outra, num discurso semelhante ao adotado pelos primeiros imortais.

João Paulo trata da questão em um momento no qual a ainda jovem República definia suas instituições. Uma das principais demandas dos primeiros sócios era justamente conseguir reconhecimento e apoio financeiro do Estado, num esforço de institucionalizar as letras. Assim, legitimariam e tornariam oficiais suas ações no sentido de “descobrir” a nacionalidade e participar com voz ativa no processo de definição dos rumos que a pátria deveria seguir. O lugar e a função do intelectual naquela sociedade é um tema central do livro, permitindo ao autor delimitar parte do caráter político de uma Academia de Letras fundada com um discurso de afastamento da política. Mas o autor vai mostrar que esse intuito falhou, nos primeiros tempos da ABL, pelo menos duas vezes: quando da recusa do apoio oficial à nova instituição e quando do fracasso da reforma ortográfica proposta pela Academia.

A casa dos imortais também serve a Souza Rodrigues para tratar do tema da identidade dos literatos em fins da década de 1890 e primeiros anos do século XX. Logo de início, mostra como se buscou forjar uma nova identidade em torno da idéia da literatura como Arte, com “A” maiúsculo, na definição dos acadêmicos, como uma atividade que estava acima das disputas políticas, que não eram pequenas nos primeiros anos do novo regime. As grandes diferenças existentes entre os primeiros imortais, divididos, grosso modo, entre monarquistas e republicanos, concorreram de modo decisivo para que o intuito primeiro da Academia fracassasse. Parecia difícil convencer os chefes do governo republicano a dar apoio à criação de uma

instituição na qual figurariam monarquistas declarados, muitos ainda esperançosos na restauração. Portanto, ainda que buscassem definir uma identidade na Arte, a política destruía essa tentativa – o que parecia evidente para muitos contemporâneos. Os interesses políticos eram centrais para o grupo que fundou a ABL, muito embora tenham sido eficientes em formular um discurso que afirmava o oposto disso. A intenção dos primeiros imortais ao fundarem a ABL era, assim, sobretudo político. O autor, no entanto, parece não acreditar na consciência política dos literatos, ou que eles tinham consciência da natureza política de sua empreitada: *A neutralidade do artista e de sua criação lhe dava um lugar privilegiado, uma nova identidade, que não deveriam ser atrapalhados pela luta fratricida que envolvia a política.*⁶ Essa questão vem sendo seguidamente discutida. Muitos trabalhos, nos últimos anos, buscaram identificar o ponto comum aos homens de letras do período. Ainda que o autor mencione muitos deles, e outros façam parte de sua bibliografia, é necessário que façamos um breve parêntese.

Flora Sussekind, analisando as relações entre literatura e técnica nos primeiros anos do século XX, enfrentou a questão identificando um processo de profissionalização da literatura, que passaria a ser entendida como técnica. Era essa mudança no paradigma literário e a vontade comum de fazer das letras uma profissão que unia os escritores da *Belle Époque*.⁷ Leonardo Affonso de Miranda Pereira, tratando de período próximo ao abordado no livro aqui analisado, enfrentou o tema quando investigou o envolvimento de alguns escritores com o Carnaval, argumentando que adotavam uma postura tutelar ao tematizar a festa, buscando educar os foliões e definir desse modo uma feição para a nação.⁸ Também Alessandra El Far, analisando justamente a fundação da ABL, se deparou com o tema. Para ela, um dos pontos centrais para aqueles literatos era o da profissionalização da literatura. Esforça-se, ainda, em desvendar o sentido da cópia, a razão para a escolha do modelo francês para a criação da

⁶ RODRIGUES, op. cit., p. 45

⁷ SUSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

⁸ PEREIRA, L. A. de M. *O carnaval das letras*. Rio de Janeiro: SMC- Depto. Geral de Documentação e Informação Cultural, 1994.

Academia Brasileira. Aqueles homens de letras estavam unidos pelas condições adversas de trabalho, ou seja, unidos pela vontade comum de conquistar o direito de viver daquilo que escreviam ao mesmo tempo em que — e essa era também uma estratégia para conquistar esse objetivo — buscavam notoriedade. Igualarem-se aos imortais franceses seria uma forma de atingir esses objetivos.⁹ Devem ainda ser lembrados os trabalhos de Roberto Ventura¹⁰, Nicolau Sevcenko¹¹ e Jeffrey D. Needell¹², analisados no primeiro capítulo de *A Dança das Cadeiras*. Esses autores seriam unânimes em apontar um movimento de afastamento, a partir da década de 1890, entre política e literatura. Na crítica formulada por Souza Rodrigues, esses autores, de certa forma, fazem eco com a versão construída pelos fundadores da ABL, versão esta organizada pela idéia de que literatura e política seriam campos separados, quase opostos.

João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, apesar de não debater explicitamente com toda essa bibliografia, fornece uma explicação que se aproxima de muitas das apresentadas pelos trabalhos acima. No entanto, parece um tanto rígido em sua definição, como de resto alguns dos autores acima mencionados. Os argumentos apresentados por Souza Rodrigues, aliados às análises acima mencionadas, concorrem antes para mostrar que não se pode definir, de forma unívoca, uma identidade para aqueles homens de letras. Eles estavam juntos num momento e distantes em outro por razões as mais variadas. Era precisamente a política, um campo sempre aberto para diferenças e conflitos, muitas vezes a grande responsável por isso. Ao longo do período analisado, ela, a política, tanto interna da Academia, quanto do restante do país, aproximou e separou os imortais. Mostrar que eles criaram em um momento particular um discurso unificador não significa que forjaram uma “nova identidade”, entendida como um elo grande e forte o bastante para explicar toda a atuação

⁹ Cf. EL FAR, 2000

¹⁰ VENTURA, R. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

¹¹ SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹² NEEDELL, J. D. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

dos escritores no Rio de Janeiro a partir da fundação da ABL. Significa, apenas, que um pequeno grupo empenhou-se em unificar um discurso com o qual imaginavam conseguir alcançar um objetivo imediato. Não se pode, é bem verdade, afirmar que um esforço dessa natureza não constitua uma identidade, mas esse corresponde a interesses momentâneos, e está fundado na consciência dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, deve-se fazer uma pergunta: porque discutir a questão da identidade? No caso do livro de Souza Rodrigues, serve para desvendar o sentido da fundação de uma instituição que buscou se viabilizar com um discurso unificado em torno de uma noção de arte e, com isso, reservar aos literatos um espaço privilegiado em uma sociedade que se reorganizava. Serve para identificar, mais do que pontos em comum, interesses comuns de um determinado grupo em um momento particular. Ao longo do período analisado em seu livro, Souza Rodrigues mostra que os interesses e os grupos no interior da ABL mudaram muito, o que faz com que o argumento da identidade do grupo forjada a partir de um conceito de arte como transcendência não possa ser generalizado nem mesmo para o grupo formado em torno da ABL. Talvez a identidade daqueles homens de letras, afinal, estivesse na política, mas essa está em constante transformação, e deve ser explicada em cada momento.

Em várias passagens de seu livro, faz questão de explicar ao leitor que irá passar por cima da cronologia. Explica que fará uso desse recurso para que o *quadro das relações do grupo* (reunido em torno de Machado de Assis) *fique claro e suas linhas de ligação, nítidas*.¹³ Buscar uma linha coerente de atuação de um grupo que, na análise do autor, soube se fazer hegemônico no interior da ABL ao longo de seus primeiros anos, concorre para que se tenha uma idéia de que a história dos primeiros tempos da Academia era linear e coerente. No entanto, a impressão que se tem ao ler a bela reconstituição dos debates acadêmicos é que acontecia justamente o contrário. Os interesses variavam e as estratégias para manter o controle da instituição flutuavam ao sabor do tempo, ou seja, de acordo com o interesse político de cada momento. Assim, sendo a política o ponto fulcral de sua análise, o respeito à cronologia torna-se mais do que uma formalidade de historiador, mas uma necessidade. O ônus dessa

¹³ RODRIGUES, op.cit., p. 135

escolha é o de perder de vista, em alguns momentos, o significado da atuação política do grupo e da instituição analisada. Souza Rodrigues foi muito eficaz em demonstrar que o sentido da atuação dos homens que fundaram a ABL era eminentemente político, mas perdeu de vista o significado dessa atuação em muitos instantes. Foi esse o caso do argumento da identidade dos literatos, caso no qual a ausência de um uso mais direto da vasta bibliografia sobre o tema fez com que o autor perdesse um pouco de vista o contexto mais amplo no qual se inseriam os escritores da Academia, que aparece no livro isolada da sociedade, como se de fato fosse uma *torre de marfim*. Ademais, o sentido da atuação política dos homens de letras no final da década de 1897 e no início da década de 1910, por exemplo, era bastante diferente. As questões enfrentadas eram outras e isso nem sempre é levado em consideração nas análises empreendidas. O risco que o autor corre com esse procedimento é o de manter literatura “e” política como categorias separadas, o que seria uma contradição com um de seus argumentos centrais. Não é isso que faz Souza Rodrigues, mas em alguns momentos do seu livro ele opera com a separação e, ao invés de buscar desvendar o significado político da literatura, de entender a literatura como um discurso político, limita-se à afirmação do caráter político da ABL.

A questão da reforma ortográfica, tratada no capítulo 5, permite desenvolver um pouco melhor o argumento acima. Trata-se, como demonstrou com propriedade o autor, de uma discussão eminentemente política. No entanto, não basta recuperar os termos do debate, descrever as divergências internas e apresentar a repercussão que a questão teve na sociedade, particularmente na grande imprensa e nas revistas ilustradas, para entender o seu significado. Seria interessante, como forma de aprofundar ainda mais a discussão, analisar as concepções de língua que embasavam os argumentos dos que eram favoráveis e dos que defendiam posição contrária à reforma.

Havia dois lados opostos no interior da Academia no que se referia ao problema ortográfico. Os acadêmicos que defendiam a reforma desenvolviam um argumento que Souza Rodrigues qualificou de *fonético*; os contrários às mudanças desenvolviam uma outra linha de raciocínio, designada de etimológica. Portanto, o que se pode observar é que estavam em questão duas maneiras de conceber a língua: uma ligada à tradição, entendida como

características ancestrais e estanques que deveriam ser preservadas; outra fundamentada na idéia de que a língua está em movimento e este deve ser acompanhado. Com argumentos bastante diferentes, quase opostos, os acadêmicos buscavam definir critérios da boa língua, nas modalidades da escrita e da fala. As diferenças nas duas propostas revelam muito dos projetos políticos dos imortais. Se os termos do debate, segundo os imortais, eram objetivos, científicos, o conteúdo da discordância revela os projetos políticos de cada grupo. Ambos, a seu modo, buscavam assenhorear-se da língua, regulá-la, normatizá-la e a forma de fazer isso expressava o significado político desse ato. A partir dos elementos apresentados por Souza Rodrigues, pode-se imaginar que um grupo pensava a nação como algo em movimento, ao passo que o outro buscava definir a pátria pela tradição, pela busca das origens. Para um grupo a nação estava nas pessoas, para o outro ela estava acima delas. No entanto, se é razoável imaginar que a concepção de língua de cada acadêmico expressava, ao menos em parte, sua concepção de nação, então é possível chegar perto do projeto político de cada grupo de imortais desvendando alguns dos significados embutidos nas propostas sobre a ortografia da língua portuguesa. Afinal, como mostra com propriedade o autor, não apenas a literatura, mas a ciência é também um tipo de discurso organizado pela política.

De qualquer modo, o livro de João Paulo Coelho de Souza Rodrigues cumpre muito bem um dos objetivos anunciados em uma de suas páginas finais: trazer à luz a *dimensão democrática que todo e qualquer debate intelectual deve possuir*.¹⁴ E, afinal, seu esforço ajuda a lembrar que o trabalho intelectual é também, e sobretudo, político.

¹⁴ RODRIGUES, op.cit. p. 214